

## Grande Empresa, Território e Sociedade Rural: uma leitura sobre impactos sociais de um grande projeto florestal em Minas Gerais, Brasil

Múcio Tosta Gonçalves<sup>1</sup>  
Doutor em Ciências: Desenvolvimento e Agricultura  
muciotg@netscape.net

O presente artigo tem como objetivo descrever e analisar a dinâmica da instalação e expansão da empresa Celulose Nipo-Brasileira – Cenibra, até recentemente uma das empresas da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD e dos impactos negativos da sua presença sobre as condições de vida de pequenos produtores e trabalhadores rurais na região dos Vales do Aço e do Rio Doce em Minas Gerais.

A Cenibra é uma firma produtora de celulose branqueada de eucalipto, pasta esta que é matéria-prima básica da produção de diversos tipos de papéis, além de outros tipos de produtos (inclusive na indústria têxtil). Além da unidade industrial produtora da celulose, que está instalada no município de Belo Oriente, a Cenibra possui ainda uma empresa dedicada ao plantio de eucalipto, a Cenibra Florestal.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução. A primeira discorre sucintamente sobre a estrutura regional na qual a empresa se instalou e cresceu, caracterizando a economia local, com ênfase nas estruturas agrárias. A segunda trata da história da empresa, inserindo-a no contexto do desenvolvimento da indústria de celulose no Brasil. Finalmente, a terceira seção trata dos impactos diretos que foram e vêm sendo causados pela produção de florestas de rápido crescimento e de celulose e das respostas que a sociedade deu e vem dando à empresa. Nesta última parte, a narrativa será conduzida pelos depoimentos de diversos trabalhadores florestais, produtores rurais e sindicalistas.

---

<sup>1</sup> Professor dos Cursos de Economia do Centro Universitário Newton Paiva, Centro Universitário UMA e da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

## 1. Caracterização Geral da Estrutura Regional

Os Vales do Aço/Rio Doce localiza-se no leste de Minas Gerais. Ela foi uma das áreas de colonização mais recente desse estado, o que foi resultado, em parte, da proibição que a coroa portuguesa impôs aos habitantes das minas de abrirem novos caminhos durante o século XVIII. Mas a ocupação tardia dessa região derivou também da decadência das atividades mercantis que se seguiu à crise da mineração de ouro, iniciada ainda no final do século XVIII e que estendeu-se pelo século XIX. Durante este longo período em que não se introduziu nenhuma atividade comercial e/ou manufatureira em quase todo o território mineiro, a região permaneceu povoada por uma rarefeita quantidade de lavradores de subsistência vivendo numa área densamente florestada. Essa região era, então, o domínio da Mata Atlântica.

Já a partir do final do século XIX, a destruição desta Mata para a produção de carvão vegetal foi um dos primeiros momentos de um processo de extinção da floresta e de "cercamento" das terras. Esse movimento foi seguido, a partir dos anos 1940, da substituição da floresta nativa por uma outra exótica, formada por uma só espécie de árvore e voltada para atender à demanda industrial siderúrgica. Esse processo de crescimento contou com o apoio dos governos federal e estadual, o que permitiu que as condições para a expansão empresarial fosse subsidiada (Gonçalves, 1991).

As "florestas" de eucaliptos implantadas na região tiveram uma dupla finalidade: ou viraram carvão (para atender às necessidades das companhias siderúrgicas instaladas na região, como a Aços Especiais Itabira – Acesita e Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira) ou transformaram-se em pasta de celulose. Em qualquer dos casos, os produtos feitos a partir do carvão e da celulose são vendidos principalmente para fora da região e do país.

Enfim, a ocupação da região somente aconteceu com maior intensidade no final da primeira metade do século XX, com o avanço das atividades de pecuária extensiva e de extração de madeira para atender às demandas da construção civil, das ferrovias e

do consumo doméstico e industrial. Especificamente no caso do Vale do Aço, esta ocupação foi plenamente realizada a partir do momento que as principais empresas siderúrgicas instaladas e em instalação no estado resolveram dirigir-se para este espaço, já na década de 1940, visando garantir o abastecimento de suas necessidades de madeira. No entanto, como descreve Ribeiro (1986), a entrada das grandes empresas na área foi precedida pela chegada dos grileiros e por um processo de expropriação dos trabalhadores, o que transformou o que antes era um território de economia camponesa autosuficiente em um outro subordinado à lógica da grande propriedade territorial

O que passou a existir, portanto, foi um novo estilo de ocupação do espaço, que acabou com uma forma antiga de ocupação do solo e de organização da economia baseada na liberdade do produtor (do posseiro) de produzir para si e comercializar o que produz. É neste sentido que aponta a conclusão de um estudo feito sobre a formação da cidade de Timóteo (Fagundes et alii, 1992, p. 58), que afirma que após a chegadas das empresas siderúrgicas a partir de 1942:

*houve, em todo Vale do Aço, praticamente a eliminação daquele setor primário original. Em 1970, o índice de urbanização era de 92,1%, sendo que o ramo metalúrgico absorvia 45,7% da mão-de-obra (...) Nas palavras do ex-prefeito de Timóteo, José Antônio Araújo (...): 'O progresso do aço trouxe a invasão, e a terra passou a produzir só aço e a alimentação do povo tem que ser importada'.*

De fato, os dados demográficos do IBGE (1979) corroboram esse tipo de interpretação: entre os anos de 1960 e 1970 o número de moradores que saíram das áreas rurais de alguns dos municípios da região, como Ipatinga, Marliéria e Santa Bárbara, chegou a ser maior do que 18% do total de moradores residentes; em outros municípios, como S. Domingos do Prata e Timóteo, esse percentual foi de cerca de 9% e em João Monlevade, de cerca de 63%!

Assim, durante quase dois séculos de ocupação lenta, a região passou, a partir das décadas de 1950 e 1960 a ser rapidamente ocupada por firmas industriais e por uma população urbana dependente do fornecimento de alimentos e de outros tipos de bens

produzidos fora da região. A partir de 1970, com a implantação e a expansão da Cenibra, essa tendência consolidou-se.

Desde a introdução dos primeiros plantios florestais com eucalipto pela Cia. Belgo-Mineira na década de 1940, a escala dos latifúndios de “florestas” plantadas aumentou enormemente. Assim, em 1970, o Vale do Rio Doce possuía a principal área plantada com eucaliptos do estado de Minas Gerais, com um total de 70.996 ha, 51% do total plantado estadual (Gonçalves, 1991).

A entrada destes plantios foi feita através da compra de terras de forma indiscriminada, mas sempre determinada pela busca das melhores em termos de fertilidade e topografia. Assim, as empresas não só concentraram uma grande porção de terra como passaram, na implantação e na expansão de suas fontes de matéria-prima, a controlar as terras de melhor qualidade, deixando para os produtores que insistiram em permanecer, aquelas mais inclinadas e de menor fertilidade, onde a criação de gado e a produção vegetal se realizava em condições inadequadas e menos produtivas.

Mesmo com essas condições adversas, os dados dos Censos Agrícolas mostram que, entre 1960 e 1980, o número de estabelecimentos agrícolas da região cresceu aproximadamente 33%, enquanto a área ocupada por eles cresceu cerca de 38%. Mas que agricultura era essa? Apesar da área das propriedades rurais ter crescido, esse não é um indicativo de evolução da produção agropecuária. Na verdade, boa parte da expansão da área deveu-se mais ao crescimento das grandes propriedades e, principalmente, à incorporação de terras pelo plantio de eucaliptos.

Da mesma forma, a empresa responsável pelos Estudos de Impacto Ambiental das obras de duplicação da Cenibra, em seu relatório sobre o uso do solo na região de influência da empresa, conclui que:

*O uso e ocupação do solo urbano e rural ... têm sido acentuadamente marcados pelas consequências do centracionismo das atividades produtivas da região no setor secundário, propiciando tanto a transformação de antigos núcleos*

*populacionais em centros urbanos ... quanto distanciando progressivamente os mesmos (já na esfera municipal) de uma auto-suficiência no setor primário em virtude da ocupação extensiva do solo pelos florestamentos industriais nas áreas rurais. [...] No que concerne a zona rural, verificou-se que tais empreendimentos vieram por desarticular a produção agrícola, que mais do que a pecuária na época, constituía-se na base de sustentação da economia local. [...] Do mesmo modo, a atividade pecuária tem demonstrado pelos seus efetivos a tendência, ou prática, ao investimento em rebanhos que prescindam da utilização de grandes áreas de pasto (avícola e suíno), ou que possam conviver em áreas periféricas aos centros urbanos, facilitando a comercialização (NATRON, 1984, pp. 1-2).*

As tabelas I e II, apresentadas a seguir, demonstram a evolução do tamanho da propriedade em alguns dos municípios da área de influência direta da Cenibra. Entre 1960 e 1980, a área média dos imóveis destes municípios com menos de 10 ha reduziu-se 14%. De outro lado, a área média dos estabelecimentos com mais de 500 ha aumentou, no mesmo período, o equivalente a 69%. Mesmo sabendo-se que tal índice de área esconde algumas variações, não se pode negar que ocorreu um processo combinado de concentração da propriedade e de minifundização.

TABELA I  
Número e Área dos Estabelecimentos por Grupos de Área Total, em municípios do Vale do Aço na área de influência da Cenibra - 1960

Municípios	Até 10 ha		De 10 a 50 ha		De 50 a 500 ha		500 ha e mais	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Açucena	150	982	376	10.120	331	49.147	11	15.285
Antônio Dias	12	84	117	3.153	88	11.103	2	1.480
C.Fabriciano*	36	205	48	1.241	28	5.202	4	10.966
Guanhães	23	168	136	4.245	303	55.267	32	26.101
Marliéria	47	296	106	2.617	59	9.121	1	540
Nova Era	3	14	13	407	71	12.594	6	6.473
Santa Bárbara	130	874	200	4.792	123	17.155	16	21.680
S. D. do Prata	23	154	247	7.058	166	19.142	6	4.263

\*Obs.: compreende a área dos atuais municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo.

Fonte: IBGE (1960)

Uma conclusão semelhante a esta é demonstrada pela análise realizada pela empresa de consultoria NATRON, que diz que

*as áreas de florestamento na região ainda têm avançado determinantemente as suas fronteiras, com maiores concentrações nos municípios de Açucena, Belo Oriente e Mesquita (estima-se que aproximadamente 60% da área do município de Belo Oriente já esteja sob propriedade industrial, especificamente da CENIBRA, +/- 35%, e da Companhia Belgo Mineira, +/- 25%, contando o município com uma reduzida população rural de aproximadamente 2500*

*peessoas), seguindo-se o município de Ipatinga, em segundo lugar, os municípios de Cel. Fabriciano e Governador Valadares, em terceiro, e, por último, o município de Timóteo. Tais avanços da propriedade industrial ainda vêm incidindo sobre áreas de potencial agrícola, que mesmo quando não imediatamente florestadas, têm permanecido improdutivas, preocupando algumas secretarias municipais no sentido de, pelo planejamento conjunto com as empresas, efetivar-se a otimização da ocupação do solo para ambos os fins. Da mesma forma, o processo de substituição das áreas de matas nativas, utilizadas inicialmente para a produção carvoeira e liberadas em seguida para os florestamentos, apenas em alguns casos tem favorecido a expansão da pecuária (1984, p. 3).*

TABELA II

Número e Área dos Estabelecimentos por Grupos de Área Total, nos municípios do Vale do Aço na área de influência da Cenibra – 1980

Municípios	Até 10 ha		De 10 a 50 ha		De 50 a 500 ha		500 ha e mais	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Açucena	163	964	347	9.480	315	48.301	24	51.757
Antônio Dias	19	148	149	4.414	130	7.328	06	24.238
Belo Oriente	112	656	127	3.174	90	12.845	04	12.557
C. Fabriciano	94	384	99	2.251	29	3.142	04	7.889
Guanhães	11	97	148	4.556	301	53.497	24	19.499
Ipatinga	74	377	60	1.235	09	1.276	02	4.342
J Monlevade	34	144	35	729	02	234	01	2.910
Marliéria	36	229	105	2.455	65	9.896	01	781
Nova Era	12	76	37	975	96	14.651	04	7.699
Santa Bárbara	98	467	139	3.660	80	8.828	11	28.486
S. D. do Prata	67	496	384	10.199	232	23.653	08	6.971
Timóteo	20	88	33	753	35	3.816	02	3.620

Fonte: IBGE (1980)

A opinião de pequenos produtores rurais entrevistados<sup>2</sup> em meados da década de 1990 era que a vida era melhor antes da entrada das empresas do eucalipto na região. Um desses agricultores, antigo morador de um dos municípios diretamente afetados pelas plantações florestais da Cenibra, disse que não é verdadeiro o argumento usado pela firma que as terras nas quais elas empresas plantaram e plantam eucaliptos são degradadas. Segundo este agricultor,

<sup>2</sup> As entrevistas citadas no presente artigo foram realizadas entre os anos de 1992 e 1999, envolvendo vários trabalhadores rurais, trabalhadores assalariados das plantações florestais, produtores rurais familiares, sindicalistas e mediadores vinculados aos movimentos sociais da região analisada, além de representantes das municipalidades e da empresa citada. Esse conjunto de entrevistas subsidiou a realização de algumas pesquisas, inclusive a da tese de doutoramento de minha autoria (ver Gonçalves, 1994 e Gonçalves, 2001).

*uma terra que criou uma família ... por 125 anos até hoje, eu acho que ela num tem condições de ser ruim, tem? O que acabou com ela foi a própria CENIBRA, que acabou com a terra, porque se ela fosse ruim ... ocê vê, que hoje é que existe companhia, mas meu avô e meu bisavô foi criado aqui dentro, né certo?, o que ele progredia era daqui, né certo? Toda terra são boa ... se a terra num dá cana ocê vai lá plantar uma mandioca. Ela dá. Se ela num dá, ela dá feijão, ela dá uma outra coisa, tem que escolher a planta certa da terra, né certo? É a mesma coisa de nós, nós num tem uma comida preferida? A terra é a mesma coisa disso, ela num ... o problema dela é o trato que tem que ter nela.*

Não é para menos que este tipo de resposta tenha sido repetido por quase todos os pequenos produtores entrevistados. Observando a evolução das plantações florestais no período de 19673 até 1982, período para o qual estão disponíveis os últimos dados oficiais divulgados, pode-se verificar que a área total plantada com eucaliptos na região passou de 11,5 mil ha para 51,5 mil ha (Gonçalves, 1991). Apenas a Cenibra plantou mais do que 20 mil ha de eucaliptos após 1982, com o uso de incentivos fiscais e de recursos próprios. Daí pode-se imaginar qual não foi o impacto dessa expansão sobre a agricultura e os produtores rurais, um dos mais violentos dos quais foi o da desarticulação das formas tradicionais de ocupação do espaço rural.

### **1.1. Alterações na organização do trabalho**

Além do que vem sendo apontado, outra medida que confirma as mudanças da estrutura econômica da região é a relativa à ocupação de trabalhadores no campo. Uma análise dos dados dos Censos Agropecuários de 1960 e 1980 para os municípios da área de influência da Cenibra permitiu chegar à conclusão que, apesar de ter havido nesse período um aumento igual a 17% no número de proprietários diretamente envolvidos com o trabalho na propriedade, e um aumento de cerca de 50% no número de trabalhadores permanentes empregados, o total da força de trabalho agrícola na região é pequena, apenas 3% da população econômica ativa. Este número tornou-se reduzido, no entanto, basicamente em função do decréscimo da quantidade de empregos temporários (espantoso no caso das mulheres; cf. IBGE 1960, 1980).

No caso específico dos trabalhadores da Cenibra, os empregos são precários e instáveis. Como resultado da adoção recente pela firma de novas técnicas gerenciais baseadas na busca da "qualidade total", cresceu o desemprego de diversos trabalhadores tanto na fábrica quanto nas áreas de plantações, o que permitiu às empreiteiras da região e mesmo de fora aumentar o seu controle sobre essa força de trabalho.

Um trabalhador entrevistado foi enfático ao afirmar que esta estratégia da empresa piorou as condições de trabalho e de vida. De acordo com ele, enquanto um operador de moto-serra da Cenibra ganha mensalmente o equivalente hoje a cerca de U\$62.00 para derrubar, desgalhar e picar 200 árvores por dia, nas empreiteiras nas quais eles estão se empregam após a demissão da empresa, o salário é de cerca de U\$23.00 realizar as mesmas tarefas com 155 árvores por dia. Ora, com isso a economia de salários da Cenibra é vultosa, podendo chegar a mais de 50%<sup>4</sup>.

Dentro da fábrica, a história é a mesma. O boletim editado pela Oposição Sindical Papeleira, formada por trabalhadores da Cenibra e de outra fábrica de papel instalada em Minas Gerais, divulgou que

*Há tempos atrás os vigilantes e os companheiros dos serviços auxiliares (limpeza, conservação ...) passaram por um episódio que jamais esquecerão (...) Aconteceu que os companheiros da limpeza e conservação foram levados a ... Associação - para um bate papo, sob um temporal e debaixo dos 'olhares' dos vigilantes e aí foram sumariamente demitidos em massa. Dando seqüência à arapuca ... um certo chefinho (sic) solicitou recolhimento das armas da vigilância sob o pretexto de manutenção das mesmas e aí tendo a todos desarmados sentenciou demissão a todos nas mesmas condições que os da limpeza e conservação. A partir daí para que não ficassem sem condições de ter o mínimo do pão de cada dia ... muitos se viram obrigados a aceitar empregos na BRASANITAS e C.J.F., com salários reduzidos, bem como todas as conquistas sociais anteriormente garantidas pelo SINTICEL (...) Hoje a história pouco se modifica. Os companheiros do restaurante foram surpreendidos com a notícia de que a partir do mês de julho estariam dispensados de suas funções para dar lugar à TERCEIRIZAÇÃO, sem nenhum benefício além do que lhes é de direito (Pica-pau, ano 2, nº 3, julho 1993).*

---

3 Ano em que são iniciados os primeiros plantios florestais "financiados" pelos incentivos fiscais criados específicos para esse fim em 1965.

4 Para obter essa percentagem, os cálculos basearam-se em diversas suposições sobre o valor dos encargos sociais efetivamente pagos sobre cada trabalhador transferido para as empreiteiras.

Assim, pode-se dizer que a expansão das plantações com fins industriais na região do Vale do Aço criou e vem mantendo os seguintes tipos de consequências:

- 1) diminuição do espaço antes existente para as atividades de subsistência;
- 2) geração de prejuízos, quando não eliminação completa, à produção de alimentos para os mercados locais;
- 3) expulsão da população do campo, contribuindo para inchar os centros urbanos, diminuir a oferta de alimentos produzidos localmente e piorar a qualidade da vida rural e urbana e, ainda,
- 4) diminuição das possibilidades de criação de emprego no campo para aquela população que perdeu a terra, muitas das vezes para as próprias empresas reflorestadoras.

## **2. A Criação da Cenibra**

A história da constituição da Cenibra se inicia com a articulação entre os seus sócios, a CVRD, empresa estatal dos setores de mineração e transporte, e diversas empresas papelarias e produtoras de celulose do Japão. A primeira iniciativa da CVRD na área florestal deu-se em 1968, quando foi criada a Florestas Rio Doce S.A. - FRDSA, que foi imediatamente incumbida de formar extensas áreas florestais homogêneas de eucalipto e pinus. O objetivo destes plantios era o de utilizá-los posteriormente a nível industrial, na fabricação de dormentes, celulose, ou para a exportação de cavacos (*chips*) de madeira.

Ao mesmo tempo em que a CVRD criava sua empresa reflorestadora, vários grupos japoneses privados, apoiados pelo governo daquele país, também se organizavam e criavam empresas para poder negociar o uso da terra para o plantio de eucalipto e produção de celulose no Brasil. De acordo com Hirakuri (1994), a primeira iniciativa japonesa foi a de constituir, em 1969, a Doce River Basin Eucalyptus Woodchip Import Research Association (Associação para Produção e Importação de Chips de Eucaliptos da Bacia do Rio Doce).

Em 1971, esta Associação foi reorganizada e deu origem à Japan-Brazil Pulp and Paper Resource Development Company. Em junho de 1973, esta Companhia foi novamente reorganizada e originou a atual Japan-Brazil Pulp and Paper Company, a JBP. A composição acionária da JBP, na sua fundação, envolveu 20 empresas, com um capital total de ¥27,78 bilhões (Hirakuri, 1994).

Em 1973, após completar este período de organização de empresas e de estudos conjuntos com todos estes sócios japoneses, a CVRD assinou convênio com a JBP para a implantação de uma fábrica de celulose em Minas Gerais (a Cenibra). Ao mesmo tempo em que este movimento de constituição da empresa estava ocorrendo, as partes estudaram a implementação de um outro projeto florestal, mais ambicioso, denominado Flonibra Empreendimentos Florestais S.A.. Esse projeto tinha como objetivo básico plantar 400.000 ha de terra na região do Extremo Sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo com vistas a produzir 6.000.000 de ton/ano de cavacos e produzir 765.000 toneladas anuais de celulose em seis fábricas que seriam instaladas no território brasileiro (Hirakuri, op. cit., p. 71). Contudo, apesar de algumas áreas terem sido ocupadas e de ter-se iniciado plantações, o projeto foi abandonado na década de 1980.

A Cenibra nasceu, pois, num contexto marcado pela expansão de interesses comerciais externos, inclusive os da CVRD, que esperava confirmar através deste tipo de contratos de produção e exportação a maior integração entre suas atividades e o mercado japonês. A capacidade de produção inicial da empresa foi de 255 mil toneladas/ano. Como a sócia japonesa visava encontrar um fornecedor confiável de celulose que oferecesse o produto a preços diferenciados daqueles praticados no mercado, a Cenibra já nasceu com um mercado "cativo", para o qual seriam destinados cerca de 50% das suas exportações.

Para garantir a instalação da fábrica e a formação desta base florestal, inclusive a do programa Fazendeiro Florestal, a Cenibra contou ainda com recursos despendidos pelo governo brasileiro. À época da criação da Cenibra, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES adotou a política de concessão de

apoio financeiro para o setor de celulose e papel. O projeto inicial da Cenibra, apesar de ter capacidade de produção inferior à prevista para obtenção dos recursos previstos pelo Banco, foi enquadrado dentro dos propósitos governamentais de estimular a instalação de grandes grupos industriais exportadores no país (cf. Gonçalves et alii, 1994).

Desse modo, entre 1974 e 1983, a Cenibra recebeu do BNDES financiamento superiores a U\$180 milhões para a instalação e melhoramentos da unidade fabril. Este montante representou 8% do total despendido pelo BNDES para todo o setor produtor de celulose e papel neste período (BNDES, 1991).

Ademais, a entrada em funcionamento da Cenibra foi possível por que a CVRD duplicou a Estrada de Ferro Vitória a Minas, capacitando-a para o transporte de celulose. Aliás, a localização da Cenibra, em Belo Oriente, concretizou-se em boa medida graças à utilização dessa ferrovia da CVRD, o que possibilitou a redução dos custos da celulose por ela produzida e, com isso, um aumento da sua competitividade em relação às demais firmas do setor localizadas no litoral (Aracruz Celulose, no Espírito Santo; Jari Celulose, no Amapá e Riocell, no Rio Grande do Sul), com as quais a Cenibra competia diretamente no mercado exterior.

Porém, aproveitando-se da linha férrea expandida e tendo em vista a distribuição do seu produto a partir do estado do Espírito Santo, a Cenibra associou-se à Aracruz na aquisição de um porto especializado no embarque de celulose. Assim, tendo à sua disposição um meio de transporte barato e garantido, e um porto especializado (em sociedade com uma de suas principais concorrentes), a Cenibra firmou sua presença no mercado internacional. Esse conjunto de fatores tornou, pois, a Cenibra a quarta maior empresa exportadora de celulose de eucalipto do Brasil.

A partir daí, a expansão da produção e das exportações da Cenibra foi elevada. Em 1980, a Cenibra já era a segunda maior produtora de celulose de fibra curta branqueada do país, atrás apenas da Aracruz, controlando cerca de 25% do mercado, percentagem essa que só diminuiu depois de 1992, com a entrada em operação da

empresa Bahia Sul Celulose (ABECEL, 1988 e 1992). Mais de três quartos de toda a sua produção foram vendidos para o exterior na década de 1980, sendo que a partir de 1990 esse percentual superou a casa dos 80% (conforme relatórios anuais da Cenibra de vários anos).

Por outro lado, essa expansão foi também possibilitada pela ampliação do controle da produtividade do trabalho, o que se fez inclusive por intermédio da "terceirização". Um dos trabalhadores da empresa entrevistados afirmou que, quando ele entrou na empresa, por volta de 1988, ele sentiu-se "orgulhoso de ter entrado numa firma que realmente era uma boa firma, tinha um bom salário na época ... tinha um Sindicato ... e estava tendo muitas conquistas para o trabalhador"; porém, entre o final da década de 1980 e meados dos anos 1990, "o trabalhador da Cenibra perdeu muito, hoje [1994] é o pior salário da região".

Segundo depoimento favorável à empresa prestado pelo deputado Bonifácio Mourão, a Cenibra "planta eucaliptos em cerca de 40 municípios da região. Hoje [1996], há plantio de eucaliptos em, mais ou menos, 10% da área de cada um desses municípios" e cerca de 94% da renda do município de Belo Oriente, onde está instalada a fábrica de celulose provém dos impostos pagos pela empresa (Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Diário do Legislativo, 01/05/1996).

Porém, tendo em vista a lógica da competitividade e da acumulação da firma, a Cenibra baseia seu poder local também pela redução do quadro de funcionários, Na primeira metade da década de 1990, a empresa demitiu cerca de 1.100 trabalhadores na fábrica e nas unidades de plantações, além de terceirizar vários setores das suas unidades. Há relações entre essas demissões e a desestatização da CVRD, que detinha mais da metade do controle acionário da empresa. Mas não se pode dizer que essa é a única ou a principal razão – há que se levar em conta o objetivo de redução dos custos de produção (informações obtidas a partir de depoimentos de dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Minas Gerais - FTIEMG que congrega vários Sindicatos de trabalhadores assalariados das empresas plantadoras de eucaliptos da região, e de dados da Cenibra).

Mas o aspecto mais relevante para pensar a ação da empresa no território e como essa ação impacta as formas de organização dos trabalhadores assalariados da empresa e dos agricultores locais é o da terceirização. Apesar de parecer um fenômeno novo na indústria, típico da reestruturação produtiva que se seguiu às mudanças na organização econômica internacional e nacional na década de 1980 (Machado, 1998), no âmbito da agricultura a presença dessa prática de terceirizar funções e tarefas por meio de “empreiteiras” é antiga e articula-se com o modo como evoluíram as monoculturas, dentre elas as plantações florestais.

Na região dos Vales do Aço e do Rio Doce, a lógica adotada inicialmente pelas empresas plantadoras de florestas homogêneas baseou-se na utilização do empreiteiro para a contratação de trabalhadores para aquelas atividades que dependiam de menor qualificação (como a preparação do terreno e o plantio de mudas no solo). Isso decorre do fato que, para as empresas, os pontos nevrálgicos da sua atividade são os relacionados com os tratos culturais após o plantio e com a “colheita” da madeira. Não por outra razão, na Cenibra Florestal, cerca de 90% dos seus 1.816 trabalhadores “próprios” encontra-se “classificado” nessa última atividade (conforme informações da Diretoria de Recursos Humanos da empresa em junho de 2000).

Assim, a terceirização baseou-se originariamente na prática da contratação de trabalhadores menos qualificados que podiam ser mais facilmente demitidos e recontratados. Comparando-se os dados de dois levantamentos feitos pela FTIEMG (o de 1998 e um outro datado de 1994), sabe-se que até 1994 o número de empreiteiras era igual a dez (contratadas pela Cenibra e outras três empresas); em 1998, o número de empreiteiras passou a ser de 51, para as mesmas empresas contratadoras.

Mas a terceirização articula-se com uma outra questão, especialmente importante no caso da fabricação de celulose. Conforme argumenta Machado (1998), as exigências

para a obtenção de uma floresta com um ciclo de produção curto<sup>5</sup>, inclusive a base fundiária extensa, gerou uma divisão do trabalho específica, distinta daquela existente nas demais agroindústrias caracterizadas pelo processo de apropriação<sup>6</sup>. De fato, a produção de florestas plantadas para a produção de pasta de celulose permitiu a formação de uma distinção na etapa florestal da produção dessa *commoditie*, tratando-se pois de

*um tipo particular de separação entre concepção e execução do trabalho, de parcelização de tarefas e de controle do tempo de trabalho. É nesse sentido que se pode afirmar que, considerando a totalidade do espaço rural ocupado com o “reflorestamento” ... as diversas operações que compõem a **execução** do processo de trabalho florestal (preparação do terreno, plantio, manutenção, colheita etc.) **são realizadas simultaneamente no tempo e no espaço**. Evidentemente, os obstáculos naturais remanescentes (a pluviosidade, a topografia, entre outros) colocam dificuldades para uma taylorização **stricto sensu** do trabalho (no sentido da alocação precisa – científica – dos tempos e movimento) e, onde é factível, a mecanização, em função do aspecto territorial – como no caso da agricultura, conduz o processo de trabalho a uma direção que se opõe ao fordismo (no sentido da imposição do tempo de trabalho pela máquina). Não obstante, através da parcelização e simultaneidade das tarefas, tornou-se possível desencadear um determinado processo de racionalização e controle da mão-de-obra, com efeitos positivos sobre a produtividade do trabalho, de tal forma a permitir a generalização da relação de assalariamento (formal) (Machado, 1998, p. 81; destaques no original).*

## 2.1. A expansão do plantio homogêneo: a monocultura do eucalipto

No início de sua produção, a Cenibra foi abastecida com madeira da ACESITA, graças a uma operação de troca por terras feita entre essa estatal siderúrgica e a FRDSA. Logo, entretanto, a Florestas ficou responsável por esta operação de fornecimento de madeira. Em 1975, foi feito um acordo entre a Cenibra e a FRDSA segundo o qual esta última deveria fornecer madeira de eucalipto à Cenibra durante 15

---

<sup>5</sup> Isso é, com rotação dos plantios (cortes) entre cinco e sete anos. Para a obtenção de um prazo como esse, os gastos com pesquisa biotecnológica são elevados, constituindo-se portanto em significativa barreira à entrada de novos concorrentes e em um mecanismo de manutenção de vantagens de custo diante dos concorrentes.

<sup>6</sup> Conforme Goodman, Sorj & Wilkinson (1990), esse processo corresponde à “ação empreendida pelos capitais industriais a fim de reduzir a importância da natureza na produção rural, especificamente como uma força fora de sua direção e controle. Isto foi alcançado inicialmente pela redução dos limites impostos pela terra enquanto espaço por meio da mecanização e, subsequentemente, pelo esforço contínuo de transformar os segredos da produção biológica em conhecimento científico e propriedade industrial” (op. cit., p. 3).

anos. No período de 1977 a 1983, a FRDSA forneceu 100% da madeira necessária à fábrica, cerca de 8,8 milhões de estéreos de madeira, sendo 5,3 milhões oriundos do Espírito Santo e o restante de Minas Gerais, possibilitando no período uma produção de 1,5 milhões de toneladas de celulose (cerca de 215 mil toneladas/ano, em média).

Como uma solução para sustentar sua produção e garantir a oferta internacional do seu produto, a Cenibra criou, em 1983, a Cenibra Florestal. Esta subsidiária teve como incumbência dirigir toda a atuação da empresa nas áreas de aquisição de terra e de plantio dos eucaliptos, dando prosseguimento ao planejamento feito desde a instalação da empresa de plantar anualmente uma área de 7.000 ha. Em 1985, a FRDSA ainda forneceu 36% do total de madeira necessária para a Cenibra e, a partir daí, a empresa passou a contar com suas próprias florestas como a principal fonte de matéria-prima (Gonçalves, 1994).

O cancelamento do projeto da Flonibra, anteriormente mencionado, permitiu à Cenibra incorporar ao seu patrimônio mais de 206 mil ha de terra, parte dos quais já plantado. Com isso, a área reflorestada da Cenibra, que era prevista para ser de 50 mil ha quando iniciou-se a construção da fábrica, chegou a ser uma vez e meia maior do que o planejado. O total de terra possuído pela empresa era então, em 1994, de 156.200 ha, dos quais 56,3% plantados com eucaliptos (Young, 1995, p. 45). Em 1997, a área plantada pela Cenibra Florestal na região onde atua era de 103.700 hectares (Machado, 1998).

Como parte da estratégia de expansão de seus plantios, a Cenibra valeu-se também de um programa governamental, o Programa de Desenvolvimento Florestal no Estado de Minas Gerais - Profloresta. Esse programa, criado pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF-MG e negociado pelo governo estadual junto ao Banco Mundial, garantiu que desde 1988 fosse ofertada uma linha de financiamento para as empresas reflorestadoras e consumidoras de madeira de plantios homogêneos.

Adicionalmente aos seus plantios próprios, a Cenibra também passou a adotar um programa de doação de mudas de eucalipto, formicida, adubo, além da assistência

técnica, a pequenos e médios proprietários rurais, por meio de um programa que é chamado por todas as empresas que o praticam de "Fomento Florestal". A utilização desse tipo de programa tem sido uma das formas por meio das quais a empresa expande sua área plantada sem a obrigatoriedade de ter que comprar mais terra e contratar mais trabalhadores florestais. Na verdade, este programa foi instituído inicialmente em 1985 através de uma parceria da Cenibra com o IEF-MG. Os resultados obtidos pela empresa com essa estratégia, no período de 1985 a 1991, apontam para um número superior a 4.000 ha plantados em mais de 500 propriedades rurais (Gonçalves, 1994).

Com tudo isso, a empresa passou a deter uma área total de cerca de 200.000 hectares na região, dos quais 60% plantados com eucaliptos. Esta expansão do reflorestamento com eucaliptos foi e tem sido responsável por inúmeros problemas, alguns dos quais já apontamos na primeira parte deste relatório. Esse tipo de plantio é causador direto de uma grande quantidade de danos ambientais, dentre os quais podem ser citados os seguintes:

- plantio em vales, várzeas, margens de lagos, lagoas e nascentes, acarretando o secamento de poços, espelhos e cursos d'água, nascentes, lençóis subterrâneos;
- ocupação de eventuais áreas planas existentes, com extinção de áreas utilizadas para atividade pecuária, caca e coleta, muitas das quais coletivas;
- erradicação de matas e remanescentes naturais nativos com danos à biodiversidade e à disponibilidade de fontes naturais de alimentos e remédios naturais usados pela população;
- riscos de incêndios nas florestas, com prejuízos para as populações, a flora e a fauna vizinhas;
- acirramento da pressão sobre remanescentes florestais nativos por parte de pequenos e médios consumidores domésticos/industriais de lenha (tais como panificadoras, casas de farinha, calcinadores, olarias, cerâmicas etc.);
- poluição do solo e da água com uso de agrotóxicos no combate às "pragas" e doenças das florestas homogêneas;
- expansão destas "pragas", principalmente as formigas, para as áreas circunvizinhas à floresta.

### 3. Os Problemas Vistos pelo Povo

Até aqui tem-se tratado do desenvolvimento da empresa e alguns dos impactos sobre a região e o povo. Mas como é que esse povo percebe a presença da empresa? Qual é o tipo de relacionamento dele com a Cenibra?

Estas questões foram feitas a diversos trabalhadores da empresa, na fábrica e na área florestal, e a alguns produtores rurais, todos eles de uma forma ou de outra diretamente envolvidos com a empresa: são ou foram seus trabalhadores, intermediários na compra de terras que hoje pertencem a ela, pessoas expulsas ou que venderam a terra para o plantio dos eucaliptos para celulose etc. Nesta seção do artigo, procura-se organizar as opiniões expressas nas entrevistas e dar uma visão diferente daquela divulgada pela empresa a respeito do seu processo de instalação e expansão na região.

#### 3.1. A vida antes do reflorestamento e as mudanças

No Vale do Aço, assim com em todo o Vale do Rio Doce, a vida não foi desde sempre cercada de eucaliptos. A estrutura da região, que já foi capaz de se sustentar com a produção local de alimentos, gerar seus próprios empregos e ter um estilo de vida simples e mais comunitário foi modificada pelo reflorestamento. Esta é a conclusão que aparece em todas as análises feitas pelas pessoas que entrevistamos sobre a região.

Mas como era mesmo a vida antes do reflorestamento? De acordo com um dirigente sindical rural de Santa Bárbara, município da região, em entrevista,

*o pessoal plantava todo tipo de agricultura que produz na região como ... mandioca era em alta escala, fazia muita farinha, que chegava até exportada daqui ... para outros países ... Existem três fábricas consideradas na época grandes ... E tinha plantio de milho, arroz, feijão e o pessoal sobrevivia disso e algumas pessoas empregavam nas minas de ouro, aqui em Florália tinha uma ou duas ... Mas foi pela década dos anos de 40 a 50 que começou a chegar o*

*reflorestamento, que a Belgo Mineira tinha um plantio de Jacaré [árvore nativa da Mata Atlântica, Piptadenia communis Benth.], que era uma mata nativa mas de muito boa saída. Só que apareceu o eucalipto que era muito mais vantajoso para as empresas e aí que começou o reflorestamento que ficou durante muito tempo com a Belgo ... Quando foi nos anos de 1970 que apareceu a Floresta Rio Doce que ... foi comprando vários outros [terrenos] e nesta década de 1980 ela passou para a CENIBRA e isso foi se estendendo.*

Da mesma forma, um outro entrevistado, produtor rural que mora na mesma região afirma que a terra onde o eucalipto foi plantado "era lavoura. Onde não tinha lavoura é porque a terra era ruim, e tinha pasto". Além disso, a produção de farinha de mandioca era comum, e "rapadura se fazia diariamente, tanto que para a despesa comprava açúcar uma vez ou outra porque no mais o que usa é rapadura mesmo". Outro pequeno produtor acrescentou que além da produção de mandioca e de cana existia a de banana e laranja, alimentos básicos para a "despesa", e conclui: "Hoje não existe nada aqui". No mesmo sentido, outro depoente sustentou que "nós plantava feijão lá em cima, milho, é o que plantava, melancia, papai sempre colhia melancia lá em cima, só que num colhia pra vender não, porque só pra despesa" (entrevista).

Em seguida a esta pergunta, veio a necessidade de saber então como estas pessoas entenderam as mudanças ocorridas no seu território rural. Para um deles, uma mudança fundamental provocada na economia rural de seu município, comum a toda a região, foi a geração de empregos. Segundo esse entrevistado:

*Quando é a respeito pra dar serviço, [o reflorestamento] deu serviço pra muita gente, mas pelo salário que nós ganhávamos não ajudava a gente muita coisa não, porque eu trabalhava lá esse tempo todo num deu pra dá um conforto pra minha família estudá direito, nada, porque o salário era pouco, não deu pra dá conforto, só deu pra sobreviver durante o tempo.*

Ou seja, as plantações florestais substituíram a auto-suficiência dos produtores rurais e sua economia de produção familiar pelo assalariamento e por um salário incapaz de garantir, mais do que a sobrevivência, o conforto. Neste sentido, a fala do sindicalista entrevistado e anteriormente citado é significativa:

*antes de chegar o reflorestamento era muito difícil, as coisas eram mais difícil de ... acesso, as pessoas da roça, de vir na cidade, não tinha estrada boa, não tinha naquela época carro, só que é o seguinte, todos plantavam, todos colhiam. Hoje*

*existe uma facilidade maior para se locomover, mas só que naquela época o pessoal ganhava pouco mas trabalhava para ele mesmo. E hoje, ele pode até ganhar mais um pouquinho mas ele tem um encarregado atrás dele, um chefe atrás do encarregado, um fiscalizando o outro igual uma escravidão mesmo que ele tá ali mandado, a pessoa levanta quase madrugada, chega de tarde, ele não tem tempo nem pra conversar com a família dele ... Mas a semana toda a pessoa sai de casa de manhã com escuro e chega a noite com escuro, isso pra simplesmente enriquecer a empresa, muitas vezes o lucro dela não fica nem pro município, nem às vezes no estado e nem no país.*

Assim, além do assalariamento, a vida mudou também por causa de um novo ritmo de organização do trabalho: levantar, ir trabalhar e retornar à casa não são mais movimentos controlados pelos próprios trabalhadores, mas sim determinados pelas necessidades da empresa. Daí a conclusão de um outro entrevistado: "hoje nós estamos vivendo uma época assim, quem tem, tem, quem não tem, não tem".

E esta situação é ainda mais difícil para os produtores rurais que resistem na terra porque, como continua a nos contar este mesmo entrevistado,

*você tocar uma agricultura, não tem ajuda nenhuma. A agricultura, pecuária, não tem ajuda. Agora, por exemplo, se eu quiser reflorestar um pedaço de terra - eu não mexo com isso, [é só] comparação - mas se eu quiser reflorestar esta área aqui, então, consigo licença, agora eu tenho a muda, tenho remédio. Tenho remédio para matar formiga ... e tenho adubo, tudo gratuito.*

Para a empresa, no entanto, estas considerações não interessam, uma vez que o argumento sempre usado por ela para defender a opção de transformar o território em uma zona de plantações florestais homogêneas é o da inferioridade das terras e sua classificação como apropriada apenas para o cultivo de eucaliptos. Este discurso da empresa carrega dentro de si toda uma negação do conhecimento e da vida dos produtores rurais e da população da região, que até menos do que uma geração atrás era capaz de alimentar-se sem necessidade da indústria. Mas, então, porque vários deles saíram da terra? Por que venderam suas propriedades?

De novo, um depoimento de quem perdeu a terra permite explicar esta questão. Um agricultor entrevistado afirmou que vendeu a sua terra "porque eu fui o derradeiro, eu ia ficá numa bola, toda terra já era da companhia" (entrevista). Quer dizer: ele, caso não

vendesse a terra, permaneceria isolado dentro de uma área fechada por uma grande extensão de talhões florestais, sem vizinhos.

Mas as aquisições de terras não foram feitas apenas pela via legal e legítima da compra. Conforme depoimentos colhidos, a empresa adotou uma estratégia de aquisição de terra que se não é, diretamente, violenta ou ilegal, não está muito longe disso. Através de uma série de prepostos - atravessadores ou "corretores", como são conhecidos na região - a Cenibra foi adquirindo terra primeiro dos que não produziam, não tinham mais interesse em morar na roça ou mesmo não dependiam da produção agropecuária para sobreviver. Assim, ela foi, aos poucos, cercando aqueles que dependiam da terra para viver e dar sustento à família. Este processo, na verdade, começou ainda no tempo em que era a FRDSA quem instalava as plantações de eucaliptos na região, de acordo com três depoimentos obtidos com pessoas de Nova Era e Antônio Dias que realizavam este tipo de trabalho de compra de terra para a empresa.

De um modo geral, a ação desses atravessadores ou "corretores", normalmente proprietários de terras na região, iniciava-se com a identificação das terras não tituladas de pequenos proprietários que eram então forçados a vender a partir de pressões verbais e/ou físicas. Os fazendeiros também pressionavam os camponeses a vender as suas terras por meio de um mecanismo de pressão - comum nas regiões de conflitos de terra - que consistia em cortar as cercas ou abrir as porteiras das propriedades para que o gado penetrasse nas áreas plantadas de milho, cana, feijão, arroz desses pequenos produtores antes da colheita, tornando inviável a permanência na propriedade por causa do prejuízo que isso causava. Conforme um dos entrevistados, muitas vezes a fraude acontecia no momento da medição das terras que os atravessadores compravam. O depoimento dele revela claramente como aconteceu o processo de açambarcamento da propriedade:

*chegou na hora da medição, arrumei até um amigo meu que tinha aqui em cima, agora na hora que ... chegou pra medir eu pedi eles pra parar, aí ele pegou mediu, o filho do fazendeiro veio, aí ele mediu em cima do peito, não quis parar de jeito nenhum. ... Aí tinha uma cerca no lugar que nós plantava, nós plantava até bem em baixo aqui, arrancou ela todinha. O filho da fazendeiro rancou ela*

*com valentia. Por [que] nós não podia brigar, ele rancou com valentia, rancou a cerca toda e pronto. Ai nós deixou aquilo parado, né?, fica até hoje na justiça.*

Enfim, as distintas formas de persuasão e de ameaça dedicavam-se, ao final, a demonstrar que os pequenos produtores familiares deveriam vender sua terra por que ela não poderia ser usada de outro modo que o pretendido pela grande empresa.

Assim, vários são os casos em que ela comprou terra e deixou produtores que resistiram "ilhados" em um "mar" de eucaliptos. Da mesma forma, há denúncias de terras de posse que foram levadas no "bolo" de compra de propriedades de fazendeiros que não tinham interesse em viver na roça. Isso foi possível porque, como diz um dos entrevistados, quase ninguém tinha título da terra, porque "naquela tempo, na época ... ninguém comprava terra não, uai".

Um outro entrevistado, ao identificar no campo o local onde morava sua mãe – hoje coberto pelos eucaliptos, narrou que na época em que a FRDSA adquiriu o terreno, ele estava fora e “Eles enrolaram a velha aí e adquiriram este terreno sem a assinatura da velha”. Quando insistiu-se com ele para saber quem eram os compradores, o mesmo depoente afirmou que “foi um outro fazendeiro” da região que comprou a terra e depois a revendeu para a empresa.

Por outro lado, diante das estratégias dos intermediários que compravam a terra muitas vezes obrigando os pequenos produtores sem titulação a venderem por valores irrisórios, a resistência foi pequena. Uma agricultora entrevistada deu a exata dimensão da percepção camponesa do problema ao afirmar que não buscou na justiça qualquer compensação pela perda que teve por causa da ação de um grande fazendeiro que adquiriu sua terra de modo fraudulento; segundo ela, “eu não mexi com isso não, bobagem, terra é para a gente, quando dá a hora que a gente morre, a gente não vai levar a terra, deixa ele ficar”.

A partir deste conjunto de afirmativas, então, buscou-se entender o que os atores entrevistados acham do reflorestamento e do eucalipto, transformado em sinônimo de

cultura florestal comercial no Brasil. Para um dos entrevistados, um outro sindicalista rural, o aspecto positivo da expansão das plantações florestais se resume naquilo

*que a pessoa não conseguiu enxergar, que o lucro ... que é muito mais fácil, ele plantar eucalipto do que mexer com agricultura, porque o eucalipto o lucro dele vem de uma vez, ele faz carvão em vez de plantar o feijão, milho e arroz. Isso trouxe o seguinte: a pessoa vê o lucro mais fácil mas não enxerga que cada vez ele vai acabando mais com a terra, acabando com a água, e [com] a agricultura [é o contrário] cada vez ele vai melhorando mais, fertilizando a terra, isso é tranqüilo ... Por causa de um bem ele pode trazer vários males para a terra e que vai ser levado tempos para ser reparado. ... e isso acontece porque a gente não faz análise ... então vê o que dá mais lucro e pega a própria situação faz isso, a própria miséria.*

Para um morador do município de Antônio Dias, a reação diante da notícia que a terra perdida destinava-se para o plantio de eucalipto foi sintomática; segundo ele,

*A nossa reação foi a coisa mais triste do mundo, pra nós foi a coisa mais triste do mundo. Porque, Nossa Senhora!, ninguém ... eu nunca interessava [ter] isso na frente da minha casa não, isso eu falo aqui, em qualquer lugar ... nunca. [Onde foi plantado o eucalipto era] o lugar que nós tinha pra comer, a nossa água, igual você vê, ela praticamente acabou.*

De um modo que resume os argumentos apresentados até o momento, um dos entrevistados argumentou com muita propriedade que este estilo de desenvolvimento representado pelo plantio de florestas homogêneas só favorece a grande empresa. Segundo ele,

*ela trabalha praticamente a bem dela só mesmo, porque o pobre ... Ouvi explicar isso, o eucalipto só serve pra papel ... Aí se nós enrolar qualquer mercadoria numa folha de banana pra nós dava menos, depende é nós tê ela pra enrolá, num é certo? É isso que é importante, nós pode enrolar numa folha de banana a mercadoria, num tem nada a ver; agora, comer, que nós vamos fazer com isso aí? ... eucalipto só serve pra ... fazer dinheiro, tudo bem, ele dá para fazer dinheiro, e se chegar um tempo que não existir as coisas de comer mas existir só eucalipto, pra que o dinheiro vai servir também, né?.*

#### **4. Trabalhadores assalariados, território e subordinação: à guisa de conclusão**

No âmbito desses processos de implantação da grande empresa produtora de pasta de celulose e seus impactos sobre a população rural familiar local nessa área de

ocupação humana antiga e polarizada pela aglomeração de um denso tecido industrial e urbano, formou-se uma categoria profissional nova - a dos trabalhadores assalariados rurais ou assalariados da extrativa.

A “especialização produtiva” da região, baseada na ocupação original da região centrada nas atividades mineradoras de ouro e na agricultura de subsistência que a acompanhou ao longo dos séculos XVIII e XIX, permitiu que se desenvolvesse um conjunto de mecanismos de utilização de recursos políticos e econômicos pelas elites locais que garantiram o acesso ao poder estatal local e federal. Essa foi a forma pela qual a elite local e os atores subalternos iniciaram a construção da “identidade” regional, de cima para baixo (Gonçalves, 2001).

A identidade forjada como região mineradora foi ainda reforçada pela presença pujante da Mata Atlântica, fonte de matéria prima para construções civis privadas e públicas e para o combustível (carvão vegetal) das ferrovias e da incipiente siderurgia – além de território sobre o qual deveria avançar a produção rural, apropriando-se da fertilidade naturalmente produzida para usufruto dos homens... Dessa história nasceram então as empresas consumidoras de montanhas de minério e de florestas, sob o comando de capitais privados, de capitais estatais e de firmas organizadas sob a associação de ambos – como foi o caso da Cenibra.

Mesmo que possam ser entendidas como entidades que definem as suas estratégias pela determinação imperiosa da produção e apropriação privada do lucro, a presença das empresas consumidoras e produtoras de produtos e subprodutos madeireiros não pode ser analisada somente pela sua lógica econômica. A observação das empresas na região indica que a sua presença e a sua permanência viabilizaram-se por que foi possível para elas construir um projeto regional que tornou uma suposta vocação florestal da região consoante os interesses fabris (Gonçalves, 2001).

Assim, a produção desse território não foi apenas econômica; ela decorreu de um movimento de subordinação de uma determinada sociedade e de seus projetos a um determinado projeto capitalista. Não qualquer projeto, mas aquele que combinou,

graças à trajetória histórica dessa sociedade nessa região, a oferta de determinados bens minerais com terra disponível para ocupação com as plantações florestais.

A própria disponibilidade dessa terra, por sua vez, decorreu do enfrentamento entre os projetos capitalista local e forâneo à região e dos agricultores, sobretudo os familiares. A vitória capitalista na produção do território dos Vales do Aço e do Rio Doce como espaço das plantações homogêneas deveu-se, nesse sentido, a uma socialização da região pela sua “domesticação” ao capital. E é a partir desse tipo de interpretação que se pode pensar que nesse processo de subordinação do território e de seus habitantes originais à lógica capitalista que se produzem novos sujeitos – no caso em tela, os assalariados das plantações de eucaliptos.

Esses últimos, por seu turno, não podem ser compreendidos apenas em função de sua condição subsumida. De fato, a sua existência social não é isolada da existência dos demais trabalhadores, inclusive dos que ainda residem dentro das propriedades como produtores familiares.

As razões que determinaram que essa firma específica tenha escolhido essa região radicam na constituição de um projeto de dominação sobre o espaço e sobre a sociedade – o que supõe: 1º) uma determinada leitura sobre esse espaço e seus habitantes; 2º) a introdução de outras lógicas de organização do trabalho, da troca e do uso dos “recursos” e 3º) a tentativa de substituir (pela conquista de legitimação, pela força ou pela desqualificação simbólica e cultural) experiências e comportamentos que permitem a conformação de uma identidade própria e distinta daquela que é requerida pelo capital.

Assim, então, se inicialmente a população que ocupou originariamente esse território definiu sua existência e sua identidade pela vinculação às atividades agrárias (de subsistência e mercantis) e à mineração e transformação metálica, a incorporação da região ao modo capitalista de produção e ao regime de produção do capital de base florestal implicou uma nova dinâmica espacial, que teve como elementos causadores e simultaneamente resultantes a (1º) subordinação da atividade agrícola à urbanização e

às plantações florestais; (2º) subsunção do trabalho e sua transformação em trabalho assalariado e (3º) criação de novas dinâmicas políticas e sociais espacialmente ordenadas (Gonçalves, 2001).

Desse modo, pois, gestaram-se novas relações de trabalho não tradicionais e, da mesma forma, foram geradas as condições para o aumento do número de trabalhadores. Ambas as situações implicaram uma desconstrução parcial das formas sociais vigentes anteriormente à implantação das novas regras da sociabilidade capitalista de organização do trabalho (que envolviam trabalhadores rurais independentes como as principais formas de solidarização no meio rural regional). Com a expansão das plantações homogêneas de árvores e com a produção em larga escala de madeira para sustentar o crescimento da oferta industrial de pasta celulósica (além de aço), aquela desconstrução foi radicalizada com a interdição do uso, para muitos dos trabalhadores rurais, dos meios tradicionais de vida, uma vez que as condições de acesso à terra também foram modificadas.

Ou seja, a construção de um novo tipo social (o assalariado rural subordinado a um regime fabril de produção) demandou a transformação ou até mesmo, como dito anteriormente, a desconstrução de um sujeito preexistente. O que esse sujeito perdeu, nessa transformação, foi a sua independência. Mas, juntamente com ela, perdeu também as condições de poder transformar-se em produtor e de poder controlar o processo produtivo a partir de um outro ordenamento econômico, social e cultural que não o capitalista.

Na região, essas perdas foram também representadas por uma ruptura com o passado originada de um fato aparentemente singelo: agricultores não plantam ou raramente plantam árvores em escala significativa - muito menos eucaliptos. Também, pelo menos originalmente, não as plantavam para retirar as suas fibras de celulose.

Mesmo que essa pareça ser uma ruptura meramente simbólica (já que simultaneamente ao ato de virarem plantadores e cortadores de árvores os assalariados deixaram de ser ou tiveram interdita a possibilidade de ser produtores

independentes), ela não foi por isso menos trágica; de fato, a questão aqui posta refere-se à subordinação dos trabalhadores a um modo de organização do trabalho que foi introduzida como experiência díspar – da mesma forma talvez como aconteça com outras monoculturas, mas não com o mesmo efeito em termos da produção de uma nova paisagem (Gonçalves, 2001).

O presente argumento, pois, remete para a idéia de que a construção das regiões depende de um processo histórico e que as regiões são elas mesmas criadas como "*frutos de embates*" ao longo dos quais "*diferentes recortes se contrapuseram*" (Vainer, *apud* Alentejano, 1998, p. 5). Sendo um produto de uma dada história, a noção de região tem como suas "*marcas fundamentais*" a centralização (por que se reproduz a partir de uma determinada unidade de controle sobre o espaço e "seus" recursos naturais e sociais) e a diversidade.

Ou seja, o que faz a região não é tão somente o espaço, mas sim a história (ver Bourdieu, 1989). Desse modo, não se pode pensar trajetórias de sujeitos sociais sem se dar conta da temporalidade das relações e dos movimentos que são socialmente construídos. Daí que a dinâmica da formação do espaço implica a geração de conflitos sociais - o que se traduz na ocorrência de descobertas e de desencontros entre as pessoas, os grupos e seus projetos e formas de organização que são social, cultural, política e economicamente construídos tendo como referência contextos estranhos uns aos outros (Gonçalves, 2001).

Essa interpretação supõe que a relação dos homens com o seu território é histórica exatamente por causa das heranças sociais e materiais recebidas pelos sujeitos – e passíveis de serem por eles transmitidas, inclusive a partir da mediação dada pelo presente que eles constróem. Ou seja, para pensar os problemas da mudança e da organização social em regiões e das regiões submetidas ao capital é de fundamental importância entender mais do que apenas os motivos imediatos, as figurações ou os desejos circunstanciais dos atores. Foi nesse sentido que se propôs, portanto, a presente argumentação, esperando que ela possa contribuir para o aprofundamento da análise das relações entre sociedade e território e seus conflitos.

## Referências Bibliográficas

- ABECEL. **Relatório Estatístico**. Rio de Janeiro: 1988
- ABECEL. **Relatório Estatístico**. Rio de Janeiro: 1992
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro: 1998. Texto em versão eletrônica integrante do Projeto de Pesquisa "Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais" (Convênio FINEP/CPDA/UFRRJ n.º 41960844.00).
- BNDES. **A participação do sistema BNDES na evolução do setor de papel e celulose no Brasil**. Rio de Janeiro, 1991
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação; elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: -----, **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1989
- FAGUNDES, Bruno et alii. **ACESITA-TIMÓTEO; a história de uma cidade**. Belo Horizonte: DOSSIÊ, 1992
- GONÇALVES, Múcio Tosta. **Aspectos da economia e da política florestal de Minas Gerais nas décadas 1970 e 1980**. Belo Horizonte: BDMG, 1991
- , **Pau que nasce certo e entorta a vida dos outros**. Belo Horizonte: CPT-MG/PARC-JATAN/CEMEPAF, 1994. Belo Horizonte: maio 1994
- , **Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: 2001. Tese de Doutorado defendida no Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. **Das lavouras às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990
- HIRAKURI, Sofia Rumiko. **Environmental and social impacts of economic development projects in Brazil and the role of Japanese official and private investment**. Tokyo: JATAN, January 1994
- IBGE. **Censo Agropecuário 1960 - Minas Gerais**. Rio de Janeiro: 1960
- IBGE. **Censo Agropecuário 1980 - Minas Gerais**. Rio de Janeiro: 1980
- MACHADO, Carlos Wagner da Costa. **Reestruturação produtiva e trabalho florestal na produção de celulose no Vale do Aço, MG**. Belo Horizonte: 1998. Dissertação de Mestrado, CEDEPLAR/UFMG
- NATRON. **EIA-RIMA do Projeto de Expansão da CENIBRA S.A.**. s.n.t. 1984
- RIBEIRO, A. Eduardo. **A terra e a grande empresa no Vale do Aço**. s.l.e., s.ed., abril 1986. Relatório de Pesquisa. mimeografado

YOUNG, Jim. Cenibra doubles capacity with ECF pulp investment. In **Pulp & Paper International**, Brussels, 37(2): 41-45, february 1995